

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos 25 dias de fevereiro de 2014, às 19 h 12min, nas dependências da Escola Municipal Kó Yamawaki, situada na Rua Epaminondas Santos, nº 2816, Bairro Alto, Curitiba, Paraná, tiveram início os trabalhos de Audiência Pública, sob a presidência da Promotora de Justiça, Dra. Swami Mougenot Bonfim. **PARTICIPANTES:** Assinalou-se a presença da comunidade local, conforme lista em anexo, e dos seguintes órgãos públicos e representantes: a) José Ribeiro, RG nº 9533505-5, Administrador Regional – Boa Vista; b) David Claret Bueno, RG nº 3222171-8, médico, representante do Conselho Distrital de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde; c) Izabel Maria da Silva de Lima, RG nº 5058124-1, representante do Núcleo Regional de Educação-SME; d) Marco Aurélio Becker, RG nº 1302807, Coordenador de Projetos – COHAB; e) José Abílio Alves, RG nº 4395566-7, representante da COHAB; a Presidente declarou aberta a Audiência Pública agradecendo a presença de todos, após o que, deu início aos trabalhos, destacando a importância da Audiência Pública como um instrumento de participação popular e acesso aos serviços públicos. Esclareceu que a presente audiência destina-se a ouvir a comunidade para a captação e priorização das demandas coletivas apresentadas, mediante prévia análise de pertinência, para acompanhamento e busca de soluções através da Promotoria de Justiça. Assim, a presidente abriu a palavra para as manifestações. Na sequência, o senhor Valmir C. de Almeida vice-presidente da Associação de Moradores Cruzeiro do Sul reclamou do atendimento prestado ao cidadão na Regional e na Rua da

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

Cidadania, dizendo que as praças da região estão abandonadas e a comunidade não pode utilizá-la em razão do mato existente no local, bem como a falta de calçamento às margens do rio Atuba. A Presidente passou a palavra ao Administrador Regional José Ribeiro que se comprometeu a receber pessoalmente ao referido reclamante na data de 26/02/2013, às 14 horas; também explicou aos presentes a importância de formalizar os pedidos apresentados à Administração, mediante protocolo, a fim de que se possa acompanhar o respectivo encaminhamento. O sr. Odair Soares Rodrigues pediu a palavra dizendo que faz 6 meses que está aguardando a troca de lâmpadas na cancha e até o momento não foi atendido. Neste caso, questionado pela presidente, o Administrador Regional orientou que o interessado o procurasse na Regional para os encaminhamentos. A Presidente lembrou aos moradores que, preferencialmente os requerimentos dirigidos aos órgãos públicos sejam apresentados por escrito, mediante protocolo, para viabilizar o controle. O morador Luiz Carlos R. Pereira, integrante da associação de moradores do Bairro Alto, reclamou que a administradora regional anterior realizava com frequência reuniões com os presidentes de associação para atendimento de suas reivindicações e que, atualmente, isto não ocorria mais. Em resposta, o Administrador Regional informou que, atualmente, a responsabilidade pela realização das reuniões pertence à Secretaria de Relações Comunitárias. O senhor Joaquim Francisco Pereira pedindo a palavra, reclamou que embora tenha comunicado diversas vezes à Administração que na Rua Alberico Flores Bueno (desde a ponte que divide o Bairro Alto e Pinhais até a BR), aumentou demasiadamente o número de caminhões que trafegam naquela rua,

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

desobedecendo a sinalização de trânsito e colocando em risco a segurança dos transeuntes e comunidade, até a presente data não foi atendido. Instado a se manifestar, o Administrador informou que “várias ruas estão sendo utilizadas para desvio da linha verde e que não é possível fazer a fiscalização durante 24 horas”. Entretanto, entendendo que ser necessária a vistoria pela SETRAN, a Presidente determinou o encaminhamento de ofício ao referido órgão e inclusão do assunto na pauta da próxima audiência. A senhora Julia Aparecida Silva, reforçando a reclamação acima, disse que os caminhões têm arrebatado os fios de energia elétrica nas vias públicas das imediações. A Sra. Alexandra Rosário reclamou que até a presente data, embora devidamente inscrita, ainda não recebera um imóvel no conjunto habitacional Moradias Faxinal, no bairro Santa Cândida, tendo a mesma sido interrompida pela senhora Niuza de Jesus, a qual integra a comissão de moradores que acompanha, perante a COHAB, a entrega das casas daquele conjunto, razão pela qual foi admoestada pela presidente para que aguardasse o término da manifestação pela senhora Alexandra, logo após, passando a palavra á sra. Niuza, esta informou que a obra está parada por problemas na licitação. Na sequência, a Presidente indagou ao sr. Marco Aurélio Becker, Coordenador de Projetos da COHAB, o qual esclareceu que se apresentaram novas dificuldades para a finalização das obras e, que, em março de 2013 foi enviado novo projeto com valores atualizados para pagamento da obra e desde então aguardam as decisões do Governo Estadual e Governo Federal, pois o orçamento já foi mudado várias vezes para adequar-se ao mercado, sem o que, as empresas nem participam da licitação. Afirmou ainda, que hoje o mesmo recebeu as novas regras de orçamento e espera que esse ano

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

sejam concluídas e entregues as 125 casas faltantes. Que as demais famílias cadastradas na COHAB serão encaminhadas através do programa “Minha Casa, Minha Vida”, mediante as regras próprias. Disse, também, que vários locais em que as famílias cadastradas receberam sua casa no conjunto Habitacional e desocuparam, outras pessoas “invadiram o local” e que essas, não receberão casas por não estarem incluídas no cadastro realizado através das assistentes sociais da COHAB na ocasião do levantamento para inclusão no programa. Nesse instante, a sra. Niuza insurgiu-se contra a informação de que havia “invasores” no local onde foram retiradas as famílias, esclarecendo que tratava-se de familiares daqueles que saíram e aguardavam a sua oportunidade para uma moradia digna. Em esclarecimento a outra moradora, que não se identificou, o arquiteto Marco Aurélio Becker informou que o projeto do conjunto Moradias Faxinal abrange a região desde o depósito da Copel até o rio Bacacheri, que do outro lado da rua não está incluído, sendo confirmada a informação pela representante Sra. Niuza. Dando prosseguimento, o Sr. Adilson fazendo uso da palavra reclamou que esse projeto da COHAB vem se arrastando por anos, e em razão de vários componentes da Comissão de Moradores não estarem mais participando das reuniões, solicitou a renovação da mesma. A Presidente questionou a Sr. Niuza sobre a reunião da comissão dos moradores, sendo informada que as reuniões estão acontecendo e que mantém o contato com a COHAB através da Assistente Social Sonia. Assim, a presidente solicitou ao Sr. José Abílio Alves, da COHAB que verifique a real situação com a assistente social e, se necessário, realize nova eleição regularização da comissão. A presidente da Associação de Moradores Cruzeiro do Sul, Sra. Arlete, usou da palavra para

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

pedir informações sobre eventual construção de “Creche” na região do Jardim Cruzeiro. Assim, estando presente a representante do Núcleo Regional de Educação Sra. Izabel Maria da S. de Lima – NRE-SME, a mesma informou que na existe um projeto na LOA com previsão de construção de CMEI na região do Conjunto Aroeira. A sra. Karina de Oliveira enuncia dificuldades encontradas para a obtenção de vaga em CMEI para a filha e a grande necessidade de acesso a esse serviço, solicitando auxílio. Solicitada a manifestar-se, a representante da Secretaria de Educação, Sra. Izabel, a qual comprometeu-se a verificar o problema. O Sr. Luiz pediu a palavra para reclamar dos péssimos serviços de recapeamento de via pública realizados na Av. da Integração, e que na José de Oliveira existe um ponto de ônibus no meio da rua, não indicando com exatidão a localização, reclamou também que na Av. da Integração o posteamento está mal colocado, ou seja, em desalinho. A Sra. Percília se manifestou reclamando da Unidade de Saúde do Atuba, que não tem atendimento adequado para as pessoas porque os profissionais de saúde que prestam serviços lá não possuem espaço físico para atendimento, por isso tem que se revezarem na utilização dos mesmos. A Presidente solicitou cópia da documentação que a referida participante afirma ter encaminhado aos órgãos competentes, sobre o assunto. O Dr. David Claret Bueno, na qualidade de Autoridade Sanitária ressaltou que “várias Unidades têm problemas”, e que é necessário que as prioridades constem no Plano Diretor. Uma das propostas existentes é que seja implantada mais uma equipe de estratégia de saúde da família na região. A Sra. Percília foi orientada pela Promotora de Justiça a fazer o encaminhamento/pedido através do Conselho Local de Saúde para inclusão

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

na pauta do Conselho Distrital. O representante e a Sra. Percília entenderam por bem em tratar o assunto nas reuniões do Conselho Local na data de 26/02 e do Conselho Distrital no dia 27/02/14 para os devidos encaminhamentos. A Presidente encerrou a Audiência agradecendo a participação dos moradores e representantes da Administração Pública Municipal e COHAB, informando, ainda, que a próxima Audiência será realizada em data oportunamente comunicada. A presente audiência encerrou-se às 20h40min. Eu, Vanessa Milene de Santana, _____ assessora jurídica lavrei a presente ata, a qual segue assinada por mim e pelos participantes nominados.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2014.

Swami Mougnot Bonfim
Promotora de Justiça

José Ribeiro, Administrador Regional – Boa Vista;

David Claret Bueno, Conselho Distrital de Saúde-SMS;

Izabel Maria da Silva de Lima, Núcleo Regional de Educação-SME;

Marco Aurélio Becker, Coordenador de Projetos – COHAB;

José Abílio Alves, COHAB

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES